

Ao depor no Senado, ministro desmente suposta ajuda cubana à eleição de Lula e comenta suas divergências com Dilma Rousseff

Palocci nega acusações e defende o rigor fiscal

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, destinou grande parte de sua exposição ontem no Senado a rebater acusações contra sua atuação na prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Negou a existência de contribuição mensal de R\$ 50 mil de empresa contratada pela prefeitura a um suposto caixa dois do PT e garantiu que a eleição de Lula à Presidência da República não teve recursos externos, nem de Cuba, nem de Angola ou das

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A oposição insistiu em ouvir as explicações do ministro na CPI dos Bingos. Questionado pelos senadores, Palocci reafirmou que, sem rigor fiscal, qualquer política econômica tenderá ao fracasso. Comentou suas divergências com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e assegurou que o governo não usa critérios políticos na liberação de emendas individuais dos parlamentares. **Páginas 4 e 5**

Senado vota amanhã a MP da Super-Receita

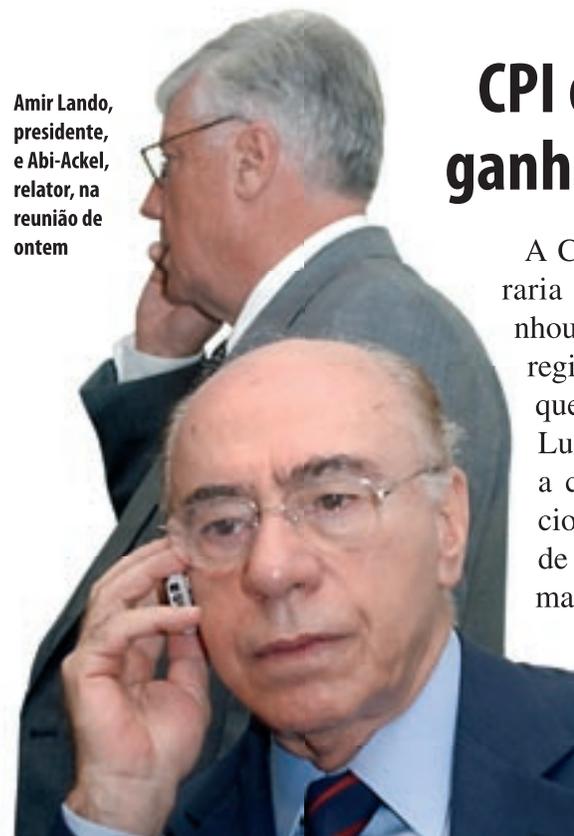
A medida provisória que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil (a chamada Super-Receita) deve ser votada amanhã, prazo final de sua tramitação no Legislativo. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. O calendário de tramitação da matéria – com apenas

três sessões deliberativas para debate – preocupa o governo e recebe críticas da oposição. O líder do governo, Aloizio Mercadante, informou que o Executivo está interessado em chegar a um acordo que viabilize a aprovação da proposta e evite seu retorno à Câmara dos Deputados. **Página 6**



Moreira Matiz

Entre Sarney, Luiz Otávio, Renan e Antonio Carlos, o ministro Palocci fala ao Senado e se coloca à disposição dos parlamentares para esclarecer todas as denúncias sobre Ribeirão Preto



Amir Lando, presidente, e Abi-Ackel, relator, na reunião de ontem

CPI do Mensalão ganha mais um dia

A CPI do Mensalão, que encerraria suas atividades ontem, ganhou mais um dia. Interpretação regimental feita a partir de uma questão de ordem do deputado Luiz Antônio Fleury permitiu a contagem do prazo de funcionamento da CPI não a partir de sua instalação, 20 de julho, mas no dia seguinte. Depois de muito debate, governo e oposição decidiram apoiar proposta que fixa em 30 dias o prazo adicional para os trabalhos – decisão que ficou para hoje. **Página 3**

José Cruz/ABR



Senadores e deputados ouvem o depoimento de Carla Cico (D)

"Fundos prejudicaram Brasil Telecom", afirma Carla Cico

Ao depor na CPI dos Correios, Carla Cico, ex-presidente da Brasil Telecom, acusou a Telecom Itália e fundos de pensão de prejudicarem a Brasil Telecom. Ela negou pagamento de R\$ 50 milhões a empresas de Marcos Valério. **Página 3**

José Cruz

"Memorial resgata dívida histórica"

Renan destaca papel dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto na Proclamação da República. **Página 7**

Pesar pela morte de ambientalista

Tebet e Juvêncio lamentam morte de ambientalista que ateou fogo ao corpo para defender o Pantanal. **Página 2**

Desaparecimento de crianças

Projeto aprovado pela Comissão de Justiça torna mais ágil o processo de busca de criança desaparecida. **Página 8**

Tebet e Juvêncio lamentam perda de Francisco Anselmo, que ateou fogo ao próprio corpo para defender o Pantanal

Pesar pela morte de ambientalista

Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou a morte do jornalista e ambientalista Francisco Anselmo de Barros, que, no último domingo, ateou fogo ao próprio corpo em defesa do Pantanal Mato-Grossense e contra a construção de usinas de álcool na região. Sua morte, afirmou o senador, chamou a atenção para o fato de que decisões que envolvem ambientes da importância do Pantanal, patrimônio da Humanidade, devem ser discutidas com a sociedade e não podem ser tomadas “de cima para baixo”.

Tebet disse que o requerimento de votos de pesar pela morte do ambientalista, assinado por ele e Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), reflete o sentimento da sociedade sul-mato-grossense e brasileira pela perda de um homem que “imolou sua vida” em nome da causa ambiental.

Tebet ressaltou que o gesto do ambientalista surpreendeu a todos e lembrou que este, ao defender suas idéias, costumava se pautar pela calma e não pelo radicalismo, sempre utilizando argumentação bem-fundamentada. Relatou, emocionado, que dias antes Anselmo enviara uma carta ao seu gabinete, na qual dizia não ser contra os usineiros, a agricultura, as hidrovias, as hidrelétricas e termelétricas que trazem desenvolvimento sustentável à região, mas contrário à postura dos “maus governantes que tomam decisões equivocadas”.

O parlamentar acrescentou que



Para Tebet, Francisco Anselmo imolou sua vida em nome da causa ambiental

a esposa do ambientalista, Iracema Sampaio de Barros, baiana de nascimento, adotou Mato Grosso do Sul como seu estado e, além de se dedicar à luta do marido, tem realizado ações para desenvolver e pesquisar a cultura no estado.

Já o senador Juvêncio da Fonseca observou que Francisco Anselmo, também presidente da Fundação de Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, pagou “um preço alto” para defender o “frágil santuário ecológico”.

– Anselmo criticava os maus políticos e empresários e os ditos Ph.Ds de aluguel – lembrou o senador.

No que se referia ao Pantanal, a preocupação do ambientalista, assinalou Juvêncio, era com o fato de se querer fazer do rio Paraguai um canal de navegação com portos para grandes embarcações e grandes comboios.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Prazo exíguo para votar a MP da Super-Receita

O projeto da MP da Super-Receita continua trancando a pauta do Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, avaliou que a proposta deve ser votada amanhã, dia em que perde o prazo. Se isso ocorrer, as

alterações na MP precisam ser votadas na Câmara dos Deputados ainda amanhã, sob pena de a medida perder a validade. O novo órgão reúne a arrecadação fiscal e previdenciária da União.

CPI dos Bingos ouve Sombra, Klinger e Ronan

O indiciado pela morte do ex-prefeito Celso Daniel, Sérgio Gomes da Silva (foto), vai ser ouvido pela CPI dos Bingos, às 10h30. Conhecido como Sombra, foi vinculado ao crime por testemunhas. Também depõem

Klinger de Oliveira, ex-secretário de Obras de Santo André, e Ronan Maria Pinto, empresário de transportes que tem contratos sob suspeita. A CPI dos Correios deve apresentar relatório sobre contratos às 11h.



CRA: cacauzeiros, reforma agrária, produtividade e reintegração de posse

Entre os temas da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 10h, está a criação de fundo para os cacauzeiros (PLS 127/03), a fixação dos ajustes e parâmetros para as metas de produtividade

(PLS 202/05), a regulamentação de normas para a reforma agrária (PLS 180/03) e a inspeção de juizes na reintegração de posse quando houver imóveis rurais na terra em questão (PLS 64/05).

Amorim e Mares Guia falam de isenção de visto para turistas

A isenção de visto para estrangeiros que desejam visitar o Brasil vai ser discutida na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 10h. O debate conta com a presença dos ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e Walfrido Mares Guia, do Turismo. Participam ainda representantes de associações do setor e da Fundação Getúlio Vargas.



Cadastro e quebra de sigilo de e-mails em discussão

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia discute às 10h projeto que prevê a obrigatoriedade da existência de cadastro completo dos titulares de e-mails e obriga os provedores que os fornecerem a enviar às autoridades, quando solicitados, o extrato das comunicações eletrônicas de uma conta específica – como já é requisitado às companhias telefônicas. Foram convidados representantes de provedores, da Anatel, da Polícia Federal e outros.

CRE vota indicação

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota a indicação de Almir Franco de Sá Barbuda para embaixador na Bélgica e Luxemburgo. Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa pedido de audiência para discutir denúncias de tortura em batalhão militar de Curitiba.

Participação de quilombolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate, às 9h30, a inclusão de representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos comitês de Bacia Hidrográfica (PLC 9/05). Outra proposta em votação pretende ampliar o auxílio aos moradores de rua.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pela senadora Serys Slhessarenko e pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Paulo Paim e Papaléo Paes

Geraldo Magela



Carla Cico confirma à CPI que contratou a Kroll para espionar a Telecom Itália

Empresária afirma que fundos de pensão prejudicaram Brasil Telecom

A ex-presidente da Brasil Telecom Carla Cico acusou a Telecom Itália e os fundos de pensão de dificultarem o desenvolvimento da empresa que preside por se oporem a inovações como a possibilidade de oferecer o serviço de telefonia celular. Em depoimento à CPI dos Correios, ontem, ela confirmou a contratação da empresa Kroll para investigar a Telecom Itália. Carla disse ainda que a direção do Citigroup, ligado aos fundos de pensão e à Telecom Itália, sabia dessa contratação, ao contrário do que seus dirigentes afirmaram à CPI.

A empresária negou que a empresa tenha destinado R\$ 50 milhões para contratos de publicidade com as empresas de Marcos Valério. Segundo ela, foram pagos, por trabalhos esporádicos prestados pelas agências entre

2003 e 2004, R\$ 4,4 milhões.

Carla confirmou o que disse o banqueiro Daniel Dantas à CPI, que a aquisição da Companhia Riograndense de Telefonia (CRT) foi superfaturada. Mas alertou não ter notícias de que o negócio, feito com a Telefônica, tivesse sido realizado por Dantas a partir de pressões dos fundos de pensão. Ela afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atrasou por quase dois anos um empréstimo, a seu ver, sem justificativa.

O sub-relator de Contratos da CPI, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), informou que espera apenas o recebimento de dados do Banco Central e do Departamento de Aviação Civil referentes à empresa de transporte aéreo Skymaster para concluir seu primeiro relatório parcial.

CPI diz que não tem interesse por impeachment

A CPI dos Bingos não está interessada no *impeachment* do presidente Lula, garantiu ontem Efraim Morais (PFL-PB), presidente da comissão. O senador deixou claro, entretanto, que, só no caso de comprovação do envolvimento de Lula em qualquer tipo de irregularidade, “se poderá pensar em algum movimento em relação ao *impeachment*”.

Ele observou que, para isso, o Legislativo precisa do devido apoio da sociedade, por meio de instituições que a representam.

Efraim fez as afirmações após manter encontro, em seu gabinete, com conselheiros da OAB. Eles vieram pedir informações detalhadas sobre os trabalhos

Célio Azevedo



Efraim prestou esclarecimento a conselheiros da Ordem dos Advogados

da CPI dos Bingos e saber se existem provas de um possível envolvimento do presidente Lula em irregularidades.

Já o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que a comissão está apurando fatos ligados ao governo, mas admitiu que até agora esses episódios “não responsabilizam diretamente o presidente, e, portanto, não constituem caso de *impeachment*”.

Oposição e governo chegam a acordo em torno de requerimento que prorroga por 30 dias os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito

Após intenso debate, CPI do Mensalão ganha mais 24 horas

Após uma noite de intensas discussões, os membros da CPI do Mensalão decidiram estender por 24 horas a vigência da comissão. Assim, deputados e senadores terão mais um dia para colher as assinaturas necessárias ao requerimento de prorrogação das atividades.

Os trabalhos deveriam ser encerrados à meia-noite de ontem, mas, a partir de uma questão de ordem levantada pelo deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), com base no Regimento da Câmara e em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), os parlamentares decidiram que os 120 dias do prazo deveriam começar a ser contados não a partir do dia da instalação do colegiado (20 de julho), mas sim do dia seguinte.

Foram apresentadas, ao todo, cinco propostas de ampliação do prazo (uma para 180 dias, duas para 120, uma para 30 e uma para 10 dias). Muito se discutiu e, por fim, governo e oposição decidiram apoiar a sugestão da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que propunha a prorrogação por 30 dias. Até o final da noite,

estimava-se que cerca de 120 parlamentares haviam assinado o requerimento (são necessárias 171 assinaturas).

O relator da comissão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), disse acreditar que a CPI terá um fim melancólico se não for prorrogada. Mas se disse tranquilo, pois seu relatório está pronto.

– Se houver alguma *pizza* nessa história, este relator não contribuiu com ela – declarou.

Ele afirmou que, até agora, o relatório traduz uma concepção de natureza muito pessoal de todo o processo analisado. Apesar de reconhecer que não se pode fazer muito em 30 dias, Abi-Ackel assegura que, ao menos, poderia incorporar as observações dos sub-relatores e aprofundar pontos que não teve a oportunidade de explorar.

Presidente da CPI, Amir Lando (PMDB-RO) concordou.

– Com essa sobrevida, poderemos concluir ao menos algumas investigações de forma mais consistente. Vamos dar a resposta possível, tendo em vista os dados disponíveis, mas será necessário um esforço concentrado, com

trabalho aos sábados, domingos e feriados – observou.

A comissão realizará reunião administrativa hoje, às 10h.

Lando defende a prorrogação dos trabalhos da CPI para ajudar a “salvar a imagem do Congresso Nacional”. O senador afirmou que trabalha há três semanas tentando prorrogar o funcionamento da comissão. Caso as atividades sejam realmente encerradas, destacou, os dados levantados poderão ser repassados à CPI dos Correios.

Ibrahim Abi-Ackel está com relatório pronto para ser examinado pela comissão. Segundo o deputado, o texto não traz surpresas, apenas reflete as investigações e os depoimentos tomados pela comissão. O relatório não recomenda ao Ministério Público o indiciamento de ninguém, nem confirma o pagamento de “mensalão”.

– É o relatório mais conclusivo possível, é a síntese do que aconteceu na CPI – disse Abi-Ackel.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considera insuficiente o tempo de 30 dias de prorrogação.

Geraldo Magela



Pedro Simon, Ana Júlia, Zulaiê Cobra e Ibrahim Abi-Ackel discutem a prorrogação da CPI do Mensalão

Mantida quebra dos sigilos da Leão & Leão

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, manteve decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios de quebra dos sigilos bancário,

fiscal e telefônico da empresa Leão & Leão Ltda. O ministro indeferiu o pedido de liminar feito pela companhia, mantendo a integralidade do requerimento aprovado pela CPI.

Para Ayres Britto, a quebra dos sigilos tem ligação com o objeto de investigação da comissão, uma vez que há “fortes indícios” de que o então vice-presidente da Leão & Leão, Rogério Buratti,

teria agido como facilitador na renovação de contrato entre a GTech do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e essa negociação estaria relacionada a atividades lotéricas.

O ministro sugere a adoção de uma política fiscal de longo prazo, que levaria à redução das taxas de juros e ao crescimento sustentado do PIB

Ministro defende rigor fiscal e corte de despesas da União

Sem rigor fiscal, qualquer política econômica de longo prazo tenderá ao fracasso, levando com ela toda pretensão de investimentos mais generosos na área social. Essa foi a posição defendida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em diversos momentos da audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Questionado quanto à perspectiva de retomada dos investimentos, Palocci defendeu um plano de longo prazo no que se refere ao corte de despesas da União. Na sua avaliação, um esforço permanente nessa direção, que demandaria a gestão de pelo menos quatro governos sucessivos, implicaria liberação de recursos fundamentais ao crescimento sustentado da economia.

Ele afirmou que o país não precisa mais se submeter a um esforço fiscal conjuntural, e sim fragmentá-lo em pequenas metas, o que certamente forçaria a queda nas taxas de juros. Para o ministro, ao contrário do que avaliam alguns críticos da política econômica, seria um equívoco do governo mirar apenas na taxa de juros e esquecer da dinâmica inflacionária. Palocci lembrou que, nos últimos anos, a inflação, com o controle dos gastos públicos, desceu de 8% para 5%, melhorando o poder de compra dos salários.

Capitais

Ao responder questionamentos formulados por Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro disse ser contrário às propostas que objetivam o controle de entrada de capitais no país. O maior volume de ingresso de moedas fortes no Brasil, observou, não está vinculado ao capital especulativo, mas aos recursos provenientes da balança de pagamentos e também de investimentos.

Em resposta a Arthur Virgílio (PSDB-AM), o ministro disse acreditar que o programa Bolsa-Família e a desoneração tributária de itens da cesta básica “terão efeitos fundamentais na distribuição de renda no Brasil”. O impacto positivo, em sua opinião, já pode ser percebido em algumas regiões e deverá ser registrado pelas próximas pesquisas.

Ao debater a arrecadação tributária, Palocci fez questão de explicar que o crescimento dela se deu em virtude de um bom desempenho das empresas.



Entre José Sarney (E) e Luiz Otávio, Antonio Palocci fala na CAE e é acompanhado por Renan Calheiros e Antonio Carlos Magalhães

Palocci antecipa audiência e nega desvio de verba em Ribeirão Preto

Ao antecipar seu comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, destinou grande parte de sua exposição a rebater acusações contra sua atuação na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), na coordenação da campanha presidencial de 2002 e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele garantiu que não deixará de prestar qualquer esclarecimento necessário à apuração dos fatos e apelou pela condução de um processo investigativo isento, baseado na lei e no respeito à honra de pessoas e instituições.

Antes de comentar irregularidades apontadas em sua gestão em Ribeirão Preto, Palocci acusou agentes públicos estaduais de conduzirem investigações guiados por interesses políticos e sem amparo legal. Para endossar sua tese, adiantou que ex- assessores teriam sido ameaçados de prisão antes de serem ouvidos e

que autoridades estaduais teriam anunciado, e depois desmentido, a existência de provas concretas contra ele. O ministro negou que empresa de lixo contratada pela prefeitura contribuísse mensalmente com R\$ 50 mil para o Partido dos Trabalhadores (PT). Também disse não existir contabilidade paralela ou caixa dois na prefeitura e a contratação ou prorrogação de contrato de saneamento sob suspeita de vício.

Em relação à campanha presidencial, ressaltou ter atuado como coordenador do programa de governo, e não como tesoureiro. Palocci afirmou que o presidente Lula não foi financiado por recursos oriundos de Cuba, Angola ou das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Ele defendeu a competência e a honestidade do corpo técnico do Ministério da Fazenda, rechaçando a existência de desvio na intervenção do Banco Mercantil,

no caso GTech ou no contrato entre o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) com instituições bancárias estrangeiras.

Equilíbrio fiscal

O destaque da exposição de Palocci sobre a economia foi a defesa da estruturação de uma política de equilíbrio fiscal de longo prazo. O desafio passaria pela manutenção do controle das contas públicas e pela gradual redução das despesas primárias da União, o que contribuiria para diminuir a taxa de juros e estimular o crescimento do PIB. Se esse compromisso fosse adotado no horizonte de dez anos, disse, o país experimentaria crescimento na captação de poupança e nos investimentos públicos.

Ao comentar os ganhos da política econômica, o ministro procurou dividir o mérito das conquistas com as equipes dos governos José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique.

Possível convocação pela CPI dos Bingos divide oposição

Senadores opositores protestaram contra a antecipação do comparecimento do ministro Antonio Palocci à Comissão de Assuntos Econômicos, que estava marcado para o dia 22. Para Heloísa Helena (PSOL-AL), o Senado não pode impedir que Palocci vá às CPIs ou à comissão responsável pela apuração de crime contra a administração pública.

Quanto à possível convocação do ministro pela CPI dos Bingos, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), admitiu que seu partido ainda não decidiu sobre o assunto. Já o líder do PFL, José Agripino

(RN), disse que não vai abrir mão de propor a convocação de Palocci.

José Jorge (PFL-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestaram surpresa ao saber que requerimento sobre a privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC) tenha motivado a vinda antecipada de Palocci à comissão. Para Antero Paes de Barros (PSDB-MT), só vai haver real democracia no país quando Palocci e seu irmão puderem responder no Congresso às denúncias de corrupção.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), justificou

a antecipação da audiência como “uma necessidade econômica”, uma vez que existiria o risco de o país sofrer um ataque especulativo se persistissem dúvidas sobre a lisura na condução da política econômica por Palocci. Romero Jucá (PMDB-RR), vice-líder do governo, lançou o questionamento: “O que impacta mais a economia do que as denúncias contra Palocci?”

Também em defesa do ministro, o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), destacou “o quanto a economia é sensível a esse tipo de crise”.

"Não há critério político na liberação de emendas"

O governo federal não utiliza critérios políticos para a liberação de emendas individuais apresentadas por parlamentares ao Orçamento da União, afirmou ontem o ministro Antonio Palocci na Comissão de Assuntos Econômicos, respondendo a questão formulada pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

– Desde o ano passado, fizemos o compromisso de liberar todas as emendas individuais e pagamos nos momentos em que é possível pagar – garantiu o ministro.

Com relação à crítica de Sérgio Guerra sobre a falta de participação do Congresso na escolha de obras constantes do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), Palocci disse que o governo está discutindo com o relator do Orçamento para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), a adoção de mecanismos para que o Legislativo possa promover alterações.

O ministro informou ainda que as obras incluídas no PPI, consideradas de importância estratégica para o país, precisam ter assegurados seus recursos. Ele citou como exemplo a construção de linhas de metrô nas capitais de vários estados.

Sibá confia que questionamentos serão esclarecidos

Ao elogiar em Plenário a vinda espontânea de Antonio Palocci ao Senado, Sibá Machado (PT-AC) disse ter certeza que o ministro esclarecerá todos os questionamentos formulados pelos parlamentares no tocante à política econômica.

– A decisão do ministro de comparecer ao Senado merece elogios, da mesma forma que [no início da crise política] ele convocou uma coletiva de imprensa sem filtros – enfatizou o senador.

Sibá apresentou ainda as condolências da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pela morte do ambientalista Francisco Anselmo de Barros, em Mato Grosso do Sul, que pôs fogo no próprio corpo, como protesto contra a construção de usinas de álcool no Pantanal.



Sibá Machado

Célio Azevedo

Ministro da Fazenda admite necessidade de retomada de investimentos públicos. Senadores fazem restrições às políticas monetária e fiscal



Na audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, parlamentares destacam "fragilidade política" de Palocci e questionam ênfase dada pelo governo ao superávit primário

"Ministro foi transparente", afirma Renan

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi convincente em sua audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Essa foi a avaliação feita ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, ao sair da sala em que a audiência acontecia. Para Renan, se Palocci não se pronunciou depois das acusações feitas contra ele e seus ex-assessores, a crise poderia se agravar. – Ele foi verdadeiro, transparente e sincero. Isso é muito bom para a economia e para o Brasil – analisou o presidente do Senado, que recebeu Palocci na sua chegada à Casa e acompanhou grande parte da arguição. Renan defendeu a convocação do ministro para prestar depoimento numa comissão parlamentar de inquérito caso isso se mostre necessário. Mas o presidente do Senado afirmou que, ao falar na CAE, Palocci esclareceu dúvidas e aliviou a tensão dos últimos dias.

Sobre a CPI do Mensalão, cujos trabalhos podem se encerrar hoje, caso não seja aprovado requerimento pela prorrogação de suas atividades, Renan Calheiros assinalou que pretende colaborar para o aprofundamento das investigações, mas frisou que a decisão sobre a continuidade ou não dos trabalhos da comissão deve ser tomada conjuntamente por deputados e senadores.

Senadores criticam taxa de juros e impostos elevados

Vários senadores presentes na reunião da CAE criticaram as políticas monetária e fiscal conduzidas pelo ministro da Fazenda – que estariam se traduzindo, respectivamente, em altas taxas de juros e pesada carga tributária.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que os superávits primários têm ficado acima das próprias metas oficiais, mas frisou que esse esforço fiscal não vem resultando na redução do estoque da dívida.

Segundo Suplicy, o total de juros pagos pelo setor público foi de R\$ 114 bilhões em 2002, R\$ 145 bilhões em 2003, R\$ 128 bilhões em 2004 e R\$ 150 bilhões no acumulado deste ano.

César Borges (PFL-BA) declarou que o Brasil tem "as maiores taxas de juros reais do mundo", e que as reclamações vêm "de todo o setor produtivo". Ele ressaltou que o governo federal não reduz

suas despesas correntes (que envolvem, por exemplo, os gastos com pessoal), mas "corta nos investimentos, seja na segurança, na saúde ou na educação".

Já Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que o país vem sendo submetido a "uma das maiores cargas tributárias do mundo". Ele afirmou que, de cada R\$ 100 pagos pelos consumidores, R\$ 32 são relacionados aos tributos.

– Em países avançados, essa relação chega a apenas 6,5% – enfatizou.

Senadores como Arthur Virgílio (PSDB-AM), César Borges e Jefferson Péres (PDT-AM) destacaram a "fragilidade política" do titular da Fazenda, causada tanto pelo "fogo amigo" de Dilma Rousseff como pelas denúncias de corrupção envolvendo ex-assessores de Antonio Palocci quando ele era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Apelo à votação da MP da Super-Receita

Antonio Palocci apelou aos senadores para que a MP 258/05, que criou a Super-Receita, seja aprovada. De acordo com Palocci, a não votação da MP prejudicaria principalmente a área da Previdência, cujas estruturas de arrecadação foram agregadas à Super-Receita. O ministro lembrou que no caso da Previdência há a necessidade urgente de um choque de gestão, melhorando a eficácia do sistema. Para ele, se a MP não for aprovada, é importante que se encontrem mecanismos

para garantir pelo menos a unificação das receitas. (*Leia mais sobre o assunto na página 6.*)

Questionado sobre os problemas da repartição de recursos com os estados, o ministro disse estar disposto a trabalhar com o Congresso em uma proposta que possa resolver definitivamente o problema. Palocci afirmou estar convencido de que é possível encontrar um caminho para resolver o problema da perda de arrecadação do ICMS provocada pela chamada Lei Kandir.

Investimentos

As divergências com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foram abordadas no depoimento do ministro da Fazenda. Palocci contou ter dito a Dilma que "ela estava errada" nas críticas à política econômica. Mas ressaltou que concorda com a ministra quanto à necessidade de retomada dos investimentos públicos.

Em entrevista na semana passada, a ministra afirmou que a atual política econômica "enxuga gelo", já que os superávits primários (receitas do governo menos suas despesas) são consumidos com o pagamento de juros.

Palocci disse que "a sustentabilidade das contas públicas beneficia as políticas sociais, e não o contrário". Ressaltou que "não é preciso um esforço fiscal maior que o atual, mas sim que esse esforço se estenda no tempo".

Oposição quer discutir denúncias na CPI dos Bingos

A oposição manifestou certa satisfação em ouvir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre as questões da economia brasileira, mas, de modo geral, entende que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) não é o foro adequado para aprofundar o questionamento das denúncias que pairam sobre o ministro.

José Jorge (PFL-PE) afirmou que o requerimento para convocação do ministro na CPI dos Bingos deverá ser votado na próxima semana, quando será avaliada a melhor data para o depoimento. O senador classificou as respostas de Palocci sobre as denúncias de "afirmativas frágeis", observando que a comissão tem documentos comprometedores para o ministro e que, na CPI, ele será questionado de forma mais ampla.

Mais prudente, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) afirmou que a CPI dos Bingos vai analisar a conveniência de "se" e "quando" o ministro deve ser chamado a depor. Ele declarou ter ficado satisfeito com o fato de Palocci ter afirmado diversas vezes que está à disposição dos parlamentares para comparecer às CPIs.

Para o senador José Agripino (PFL-RN), antes da convocação do ministro devem ser ouvidas as pessoas já agendadas e diretamente envolvidas com as denúncias.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) observou que não houve condições de o ministro discorrer sobre questões políticas na Comissão de Assuntos Econômicos, mas alertou que isso não significa que a oposição esteja "vacinando-o" com relação a essas questões.

Do lado do governo, a avaliação é de que é inevitável o comparecimento do ministro à CPI dos Bingos. Quanto à audiência pública de ontem, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que o propósito de inquirir o ministro sobre as denúncias que pesam contra ele não foi atingido, devido à "prevalência de um ambiente de sensacionalismo em torno dessas denúncias". Ele criticou a oposição, que, a seu ver, está procurando "destruir o adversário". A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que a oposição "não tem dado tréguas" e que, da forma como tem se comportado, dá a impressão de que não quer, de fato, esclarecer as denúncias.



Palocci admite trabalho com o Congresso sobre repartição de recursos com estados

Fotos: Gerardo Magalhães



Para Serys, situação das estradas em Mato Grosso melhorou 60% desde início do governo Lula

Serys comemora restauração de rodovias em MT

Serys Shessarenko (PT-MT) comemorou recente assinatura de convênio pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para viabilizar a restauração de rodovias em seu estado. Segundo a senadora, a situação das estradas em Mato Grosso melhorou cerca de 60% desde o início do governo Lula. Ela destacou o andamento das obras nas BRs 158, 163, 164, 070 e 364, que cruzam o estado.

Serys desmentiu ainda boatos sobre a possibilidade da ocorrência de um novo apagão. Ela frisou que Lula viabilizará R\$ 16,9 bilhões para a expansão da infra-estrutura energética no Brasil, com a implantação de 39 unidades geradoras, 15 usinas hidrelétricas e 13 termelétricas em todo o território nacional.

Em relação à cobrança feita por Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre as razões de o governo federal suspender o programa de desenvolvimento do Pantanal, de autoria comum dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Serys disse que o programa trazia prejuízos financeiros para o Brasil e informou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já está liderando a implementação de um novo programa contendo a maioria das ações do projeto anterior.

Prazo exíguo para exame da proposta recebe críticas da oposição. Mercadante informa que governo está empenhado em chegar a um acordo que viabilize a aprovação

Renan confirma para amanhã votação da MP da Super-Receita

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que colocará em votação amanhã a Medida Provisória 258/05, que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil. A instituição ficou conhecida como Super-Receita porque centraliza os trabalhos e as informações da Previdência Social e da Receita Federal e unifica a cobrança de tributos da União. Nesta sexta-feira esgota-se o prazo de 120 dias de validade da MP e, se a medida não for aprovada, a Super-Receita, em funcionamento desde julho deste ano, deixará de existir.

A MP recebeu diversas emendas na Câmara dos Deputados e chegou ao Plenário do Senado na sexta-feira passada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 29/05) com prazo de apenas três sessões deliberativas para discussão.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que o Poder Executivo está empenhado em chegar a um acordo que viabilize a aprovação da matéria. Embora a oposição também apóie a criação da Super-Receita, o principal impedimento para firmar o acordo

entre os líderes é a falta de tempo para debater as emendas propostas pela Câmara, com uma agravante: ou se acata o texto integral proveniente daquela Casa ou se torna praticamente inviável a conversão da MP 258 em lei.

Durante esta semana, alguns senadores criticaram a implementação da Super-Receita por meio de medida provisória por impedir um maior debate sobre o assunto. Esse também está sendo um dos principais motivos para a rejeição da proposição defendida pelos senadores.

Iris sugere projeto de lei e maior discussão da proposta

Iris de Araújo (PMDB-GO) considerou exíguos os três dias reservados ao Senado para discutir a Medida Provisória 258/05, chamada de MP da Super-Receita, que reúne sob uma mesma administração os auditores da Receita Federal e os da Previdência Social. Para a senadora, pela importância da



Iris lembra opinião sobre MPs já manifestada por Renan Calheiros

matéria, o governo deveria enviar um projeto de lei, o que permitiria maior discussão sobre o tema. Ela lembrou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, já manifestou sua opinião no sentido de que essa deveria ser a regra definitiva, isto é, transformar em projeto de lei toda medida provisória que chegar ao Senado sem prazo suficiente para sua discussão.

Iris ressaltou que Renan Calheiros já expôs na semana passada sua indignação com a “verdadeira epidemia de MPs que ocorre neste governo”. Mesmo assim, observou, “pela sua responsabilidade”, o presidente do Senado não medirá esforços para que a MP seja votada até amanhã, quando perderá a eficácia.

– Essa medida provisória é uma aberração institucional porque fere o princípio elementar da autonomia entre os Poderes, na medida em que coloca o Senado em uma camisa-de-força – protestou Iris.

Paim lê nota de aposentados pela rejeição da MP 258

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário, ontem, nota assinada pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), que lhe foi enviada, pedindo a rejeição da medida provisória (MP 258) que cria a Super-Receita.

A nota, informou o senador, alerta para o perigo de que as receitas previdenciárias a serem arrecadadas pelo Ministério da Fazenda – o novo gestor dos recursos definido pela MP 258 – sejam destinadas ao pagamento de juros da dívida pública e não ao custeio de aposentadorias e pensões.

“A luta histórica dos aposentados e pensionistas é para que representantes por nós indicados participem da administração dos recursos previdenciários, porque eles são nossos”, afirma a Cobap. A entidade registra o temor dos aposentados de que os governos desviem esses recursos para outros fins, “como fizeram até então”, e afirma que a MP é “um retrocesso inaceitável em relação a essa questão”.

Paim comemorou ainda a realização da Marcha Zumbi + 10, ontem, em Brasília, pedindo a aprovação de políticas públicas em favor da comunidade negra. Ele manifestou também seu apoio à greve dos fiscais agropecuários e à Campanha Nacional de Valorização da Polícia Federal, lançada em 1º de novembro.



Paim lista razões dos aposentados expostas em documento



Segundo José Jorge, governo Lula não fez sequer uma licitação para geração de eletricidade

José Jorge critica gerenciamento do setor elétrico

Ao discursar em Plenário ontem, o senador José Jorge (PFL-PE) criticou o tratamento dado pelo governo federal ao setor elétrico do país. O motivo de seu discurso teriam sido as declarações feitas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na última segunda-feira. Ele afirmou que, graças aos projetos “que estão sendo executados e com o que já foi feito”, o país estaria livre de apagões até 2010.

Na avaliação do senador, o presidente omitiu, em suas afirmações, que os 17 empreendimentos na área de geração de energia elétrica hoje em execução no Brasil foram licitados no governo passado.

– Nesses três anos de mandato, a administração Lula não conseguiu fazer sequer uma licitação de geração de eletricidade – frisou.

De acordo com José Jorge, o primeiro ano do governo foi gasto com a discussão dos marcos regulatórios – com a alteração da lei que trata do setor. E, nos dois anos posteriores, debateu-se a preparação de um novo leilão, a ser realizado em 16 de dezembro.

– O governo Lula desprezou o setor de energia elétrica – acusou o parlamentar.



Osmar Dias: situação econômica do país não é boa como diz o presidente Lula

Osmar Dias condena gastos do governo com pagamento de juros

Osmar Dias (PDT-PR) protestou, em Plenário, contra os gastos do governo Lula com o pagamento de juros da dívida pública (interna e externa), que chegam até o momento a R\$ 299,4 bilhões. O senador disse esperar que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, desse explicações

sobre o assunto ontem durante a audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele também criticou os recentes elogios do presidente Lula à situação econômica do país.

– A situação do país não é boa como diz o presidente Lula. Ele afirma que a economia vai

bem. Vai bem para quem? Vai bem para os banqueiros, para o presidente da República e para o ministro da Fazenda – afirmou.

Osmar, que é líder do PDT no Senado, comparou os números do atual governo com os dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. O senador lembrou

que, no primeiro mandato de Fernando Henrique, o gasto com o pagamento de juros foi da ordem de R\$ 197 bilhões e, no segundo mandato, cerca de R\$ 268 bilhões. Gastos esses bastante criticados pelo Partido dos Trabalhadores na época, observou o parlamentar.



Para Almeida Lima, empenho de Lula contra prorrogação de CPI é motivo para impeachment

Almeida Lima: Lula deve ser destituído

Almeida Lima (PMDB-SE) pediu novamente o impeachment do presidente Lula, lembrando que, em agosto, já defendia no Plenário essa opinião. Para ele, só o fato de o presidente afirmar não ter conhecimento das acusações de corrupção revela que ele não comanda a nação.

Conforme o senador, a situação piorou e o empenho de Lula na retirada de assinaturas de parlamentares para impedir a renovação de prazo da CPI dos Correios atesta a impossibilidade de ele continuar à frente do Executivo.



Para Eduardo, é necessário devolver os R\$ 100 mil que teriam sido desviados

Eduardo: Justiça anula contrato no Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) informou ter sido acolhida, pela Justiça do Tocantins, ação popular determinando a anulação do contrato de aluguel de um prédio em obras. O imóvel é de propriedade da irmã do governador Marcelo Miranda. Para o senador, isso configura desvio de dinheiro público e é necessária a devolução dos R\$ 100 mil malversados.

O parlamentar anunciou também a emancipação de 11 municípios do Tocantins no último dia 14.

Presidente do Senado é condecorado em Maceió, juntamente com José Alencar, Aldo Rebelo, Heloísa Helena, Teotonio Vilela Filho e outras autoridades

Memorial da República resgata papel de alagoanos, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a inauguração do Memorial da República, na terça-feira, em Maceió, significa um “resgate da memória nacional” em relação aos dois personagens históricos responsáveis pela Proclamação da República, em 1889: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ambos alagoanos.

– O Brasil, através da Proclamação da República, deu um passo significativo, não no sentido de substituir o regime que agonizava, mas no sentido de colocar em seu lugar princípios republicanos, para que pudéssemos avançar na história. E Alagoas teve papel fundamental e estratégico nesse processo – afirmou Renan Calheiros.

O memorial, de 2.500 metros quadrados e dois pavimentos, custou R\$ 1,5 milhão e está localizado na praia da Avenida, no bairro histórico de Jaraguá. Projetada para funcionar como extensão do Museu da República, do Rio de Janeiro, a obra conta com dois salões para exposição, auditório com capacidade para 70 pessoas, galeria com fotos dos presidentes da República, um café, banheiros, camarins e espaço comercial.

Antes da inauguração do memorial, Renan e o vice-presidente da República e ministro da Defesa,



Aldo Rebelo, Ronaldo Lessa, José Alencar, Renan Calheiros e Simão Jatene inauguram memorial

José Alencar, foram condecorados pelo governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PDT), com a Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca. A medalha também foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, aos senadores Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) e Heloísa Helena (PSOL-AL) e aos governadores da Bahia, Paulo Souto; do Pará, Simão Jatene; do Tocantins, Marcelo Miranda; do Ceará, Lúcio Alcântara; e do Amapá, Waldez de Góes.

Receberam ainda a medalha o vice-governador de Alagoas, Luís Abílio de Sousa Neto, o comandante militar do Nordeste, Eron Carlos Marques, e o embaixador do Brasil em Portugal, Paes de Andrade. Após

a inauguração do memorial, houve a interpretação do Hino da Proclamação da República pela soprano alagoana Claudinete Lima, seguida de desfile militar e apresentação da Esquadrilha da Fumaça.

Lula

Em entrevista à imprensa, durante a cerimônia de inauguração do memorial, Renan Calheiros voltou a negar que esteja em rota de colisão com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, conforme avaliação de analistas políticos publicada pelos jornais nas últimas semanas.

– Isso não é verdade. Não tivemos tensões e tenho mantido as melhores conversas com o presidente Lula – enfatizou Renan.

Homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra

Com a presença dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC), a Câmara dos Deputados realizou ontem sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. Babalorixás e líderes das comunidades negras juntaram-se aos parlamentares na cerimônia que celebra o herói negro Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695 por conta da luta contra a escravidão.

O evento também é parte da mobilização para que se vote favoravelmente, na Câmara, o Estatuto da Igualdade Racial. A expectativa dos líderes da comunidade negra é de que o estatuto seja sancionado no dia 20 pelo presidente Lula.

Os participantes aplaudiram depoimento de Zezé Motta, em vídeo,



Paulo Paim (D) participa da cerimônia que celebrou o herói negro Zumbi dos Palmares

sobre seu papel na novela *Corpo a Corpo* da TV Globo, na qual contracenava com Marcos Paulo. A atriz contou que as cenas de beijo entre ela (negra) e Marcos Paulo (branco) provocavam reações racistas de telespectadores que chegaram a surpreender até os autores da novela.

O deputado Chico Alencar (PSOL-

RJ) criticou “a pressão ideológica do embranquecimento” que “levou o centro-avante Ronaldo [o Fenômeno] a fazer a declaração de que é branco”. Essa pressão fez com que apenas 5,9% dos brasileiros se declarassem negros em pesquisa do IBGE e 41,7% se classificassem como pardos, disse Alencar.



Mão Santa concorda com as críticas da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao arrocho fiscal

Para Mão Santa, superávit vai derrubar Palocci

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que a política de superávit primário é que será responsável pela queda do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na opinião do senador, o povo não aceita mais que o governo empregue todos os recursos da União para beneficiar os banqueiros.

O parlamentar citou dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) segundo os quais 82% do superávit primário são oriundos dos recursos da seguridade social, sacrificando principalmente os aposentados.

Para o senador, quem tem razão é a ministra Dilma Rousseff, que criticou a política de arrocho fiscal.

Seminário destaca obra de Celso Furtado

Economista que dedicou sua vida à compreensão dos determinantes e das conseqüências sociais do subdesenvolvimento, Celso Furtado terá sua obra destacada em seminário internacional no Senado, em 24 e 25 de novembro. O evento será aberto às 9h do dia 24, no Auditório Petrônio Portella, com a presença dos presidentes do Senado e da República.

O seminário marca a passagem do primeiro ano da morte do economista. Sob o tema “A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento”, o evento é uma iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Luiz Otávio (PMDB-PA), e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Projeto aprovado pela Comissão de Justiça determina que investigação comece imediatamente após notificação de desaparecimento. A matéria vai a Plenário

Mais agilidade na procura por criança perdida ou seqüestrada

A investigação do desaparecimento de crianças e adolescentes será iniciada imediatamente após a notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato a portos, aeroportos, polícia rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados do desaparecido. A determinação está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que agora será examinado pelo Plenário.

Na justificativa da matéria (PLC 96/02), a então deputada Maria Elvira, autora da proposta, afirma que no Brasil, por falta de legislação específica, é comum a demora para iniciar investigações sobre desaparecimento de criança e adolescente, “presumindo tratar-se de mero ato de rebeldia infantil ou juvenil”.

Relator do projeto, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) considera o



CCJ acolheu ainda proposta que aumenta pena para crime de subtração de criança

problema grave, principalmente por existirem quadrilhas especializadas em seqüestro de crianças e adolescentes.

– Cerca de 40 mil crianças se perdem de seus pais todos os anos no Brasil – disse.

A CCJ também aprovou, em decisão terminativa, proposta de César Borges (PFL-BA) que torna mais específico o conceito de subtração de incapazes, já

tipificado no Código Penal, além de aumentar a pena (PLS 50/04). De acordo com o texto do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), o artigo 237 do Estatuto da Criança e do Adolescente passa a prever reclusão de três a seis anos para os responsáveis pela subtração de criança ou adolescente, com o fim de criá-lo ou entregá-lo a terceiro para a mesma finalidade.

CCJ examina na terça calendário para defesa de Capiberibe

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza reunião extraordinária na terça-feira para votar o parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA) à decisão da Mesa do Senado, que aprovou calendário para que João Capiberibe (PSB-AP) exerça seu direito de defesa, conforme determinou o Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar teve seu mandato cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob a acusação de compra de dois votos.

O direito de defesa foi proposto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e aprovado pela Mesa da Casa, para cumprir liminar concedida pelo STF.

Capiberibe terá cinco dias úteis para apresentar defesa escrita. Após esse período, sem a defesa, Renan designará defensor dativo para oferecê-la nos próximos cinco dias úteis. Na seqüência, o relator terá mais cinco dias para proferir relatório e voto, que será, então, analisado pela Mesa.

Diretores de agências reguladoras poderão ser indicados pelo Senado

Proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que o Senado passará a ter competência privativa de indicar e nomear os dirigentes das agências reguladoras quando o presidente da República não se manifestar sobre o assunto nos primeiros 90 dias da vacância do cargo. De autoria de José Jorge (PFL-PE), a proposta tramitava em forma de projeto de lei (PLS 322/05), mas foi transformada em PEC pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), por se tratar de matéria constitucional.

Pelo artigo 5º da Lei 9.986/00, cabe ao presidente da República escolher e nomear o presidente e os demais membros do conselho diretor das agências reguladoras. Por essa mesma norma, cabe ao Senado apenas aprovar a indicação, por voto secreto e após argüição pública, com base no artigo 52 da Constituição federal. A PEC será votada em Plenário.

A CCJ aprovou ainda pare-



Casa assumiria competência após 90 dias de vacância do cargo, propõe José Jorge

cer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto (PLS 247/00) de Jefferson Péres (PDT-AM) que visa adaptar o Código de Processo Penal (CPP) à Constituição de 1988, no que diz respeito às relações entre a polícia judiciária, o Ministério Público e a autoridade judiciária.

Jefferson explica que a Constituição atribuiu novas funções ao Ministério Público. No entanto, disse, o CPP, por ser anterior à Carta Magna, contém dispositivos que contrariam o ordenamento constitucional.



Proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Educação, em decisão terminativa

Emissoras públicas devem exibir imagens de pessoas desaparecidas

As emissoras de televisão mantidas pelo poder público deverão passar a transmitir diariamente, durante pelo menos um minuto, imagens de pessoas desaparecidas, identificadas e acompanhadas de informações para contato com suas famílias. A medida consta de projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), aprovado ontem em decisão terminativa, por unanimidade, pela Comissão de Educação (CE).

Por meio da proposta (PLS 90/04), Tourinho acredita que se prestará uma grande ajuda às famílias que buscam notícias de pessoas desaparecidas. Como observa o relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), a divulgação de imagens poderá alcançar um grande público sem praticamente onerar as emissoras.

– Os três Poderes da República dispõem de produtoras de material televisivo, sendo perfeitamente viáveis a coleta e a disseminação das informações – afirma Camata,

presidente da CE.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a 26 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio. Os projetos serão examinados em Plenário.

Internet

Logo em seguida, foi promovida uma reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, ligada à CE, durante a qual foi aprovado requerimento de audiência pública para instrução do PLS 279/03, de Delcídio Amaral (PT-MS), que determina a manutenção – pelas prestadoras de serviço de correio eletrônico – de cadastro dos titulares de suas contas. A audiência ocorrerá às 10h de hoje.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), co-autor do requerimento, considera que existem dúvidas sobre o projeto, uma vez que os provedores internacionais não são regidos pela lei brasileira. No entanto, disse, isso não seria motivo para se deixar de legislar sobre provedores que atuam no Brasil.

Goellner quer Lei de Biossegurança em vigor

Gilberto Goellner (PFL-MT) fez um apelo ao governo federal para que regulamente com rapidez a Lei de Biossegurança, aprovada pelo Congresso Nacional no início deste ano. O senador manifestou sua preocupação com a possibilidade de ocorrência de prejuízos ao país devido à protelação da regulamentação da nova lei.

Goellner criticou o governo por não haver nomeado novos membros para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), comprometendo o andamento de pesquisas importantes com células-tronco e a realização de ensaios de campo com os novos cultivos de organismos geneticamente modificados.



Gilberto Goellner

Alberto Silva defende plantio de mamona

A liberação de recursos do Banco do Nordeste para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para que os pequenos produtores do semi-árido nordestino possam plantar mamona, foi solicitada ontem por Alberto Silva (PMDB-PI). Ele ressaltou que, com a produção da mamona, matéria-prima do biodiesel, os agricultores poderão garantir sua sobrevivência.

O impedimento para a liberação dos recursos, afirmou, decorre de uma resolução da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Alberto Silva fez um apelo ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para a solução urgente do problema.



Alberto Silva